

# CENTRO DE COMPETÊNCIAS DA APICULTURA E BIODIVERSIDADE

## PLANO DE AÇÃO



**Julho de 2018**

## ÍNDICE

|  |    |
|--|----|
| ÍNDICE .....   | 1  |
| PREÂMBULO .....  | 2  |
| MISSÃO .....   | 3  |
| ESTRUTURA.....   | 3  |
| ÓRGÃO DE GESTÃO .....  | 3  |
| PARCEIROS .....  | 4  |
| CARACTERIZAÇÃO DO SECTOR APÍCOLA.....  | 5  |
| DADOS ESTATÍSTICOS .....   | 5  |
| VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO .....  | 8  |
| IMPORTÂNCIA AMBIENTAL DA APICULTURA E SEU CONTRIBUTO PARA A<br>BIODIVERSIDADE.....                           | 9  |
| SITUAÇÃO DO MERCADO MUNDIAL DE MEL.....  | 11 |
| MERCADO NACIONAL DE MEL .....  | 14 |
| PREÇO.....   | 14 |
| DADOS ESTATÍSTICOS RELATIVOS AO MERCADO NACIONAL DE MEL.....   | 15 |
| QUALIDADE DA PRODUÇÃO NACIONAL - PRODUÇÃO DE MEL CERTIFICADO (DOP –<br>DENOMINAÇÃO DE ORIGEM PROTEGIDA)..... | 17 |
| QUALIDADE DA PRODUÇÃO NACIONAL - PRODUÇÃO DE MEL EM MODO DE PRODUÇÃO<br>BIOLÓGICO (MPB).....                 | 18 |
| QUALIDADE DA PRODUÇÃO NACIONAL - PRODUÇÃO DE MEL MONOFLORAL .....  | 19 |
| PLANO DE AÇÃO.....   | 20 |
| OBJECTIVOS GERAIS .....  | 20 |
| OBJECTIVOS ESPECIFICOS .....   | 21 |
| EQUIPA E RECURSOS .....  | 23 |
| DIRETOR EXECUTIVO .....  | 24 |
| CORPO TÉCNICO.....   | 24 |
| INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS .....   | 24 |
| FINANCIAMENTO.....   | 26 |
| RELAÇÕES INSTITUCIONAIS.....   | 26 |

## PREÂMBULO

A apicultura é hoje em Portugal um setor de atividade agrícola estruturado, dinâmico e inovador, constituído por mais de 17 000 produtores com um total de 657 mil colmeias, organizados em estruturas associativas (associações, cooperativas e agrupamentos de produtores, coordenados por uma organização sectorial de 2º grau) que representam mais de 50 % do sector. A fileira inclui ainda uma diversidade de empresas relacionadas com produção de equipamentos apícolas, produção e distribuição de produtos de sanidade, comércio e indústria transformadora e de distribuição de produtos apícolas, e fortemente apoiados por um conjunto de instituições de investigação.

Apesar do ciclo económico que Portugal atravessa, este setor apresenta um comportamento muito próprio, observando-se um crescimento do valor médio de colmeias por apicultor, um aumento do número de colónias, uma adesão muito significativa de novos produtores e um crescendo no seu valor económico, ultrapassando o valor bruto de produção os 50 milhões de euros. A este valor acresce o significativo impacto positivo ambiental direto da atividade, e indireto, este economicamente não contabilizado, e que é consequência do serviço prestado pelas abelhas enquanto polinizadoras de culturas agrícolas e de pastagens, mas também de áreas não cultivadas e dos territórios protegidos como a Rede Natura 2000, que representa mais de 25% do território Nacional.

O dinamismo do setor não deixa de colocar continuamente novos desafios à apicultura, quer pela necessidade de preservar o ecossistema garantindo a sua sustentabilidade (de realçar que atualmente na Europa a existência da abelha *Apis mellifera* é totalmente dependente dos apicultores, não existindo colónias silvestres viáveis na natureza), como também pela necessidade de potenciar a rentabilidade da atividade. Estes fatores e a sua particularidade, justificam por si só a criação de um centro de competências para a apicultura e que tenha capacidade de responder aos desafios que o setor requer para continuar a potenciar o seu crescimento como atividade económica e preservadora da Biodiversidade. A existência prévia de uma forte cooperação entre diversas entidades do setor distribuídas a nível nacional (produção, indústria e comércio e investigação) leva-nos a pensar que a constituição formal de um centro de competências pode potenciar os resultados dessa mesma cooperação maximizando a capacidade de concretizar objetivos e ultrapassar barreiras comuns, resultado da concentração de esforços em linhas orientadoras que dinamizem o setor.

## **MISSÃO**

O Centro de Competências da Apicultura e Biodiversidade, tem como missão promover o desenvolvimento sustentável e competitivo da fileira apícola nacional, nas vertentes socioeconómica, formativa, técnica e ambiental.

Tal missão compreende (i) o estudo, valorização e melhoria das características únicas e diferenciadoras do sector apícola nacional, nomeadamente dos produtos da colmeia, de onde se destaca o Mel, (ii) o desenvolvimento de cooperação técnica e científica, construindo vínculos entre os diferentes operadores da fileira (produção, comércio, indústria e investigação, por exemplo), e (iii) a valorização da apicultura enquanto atividade agrícola compatível com a proteção e a melhoria do ambiente, da paisagem e das suas características, dos recursos naturais, dos solos, da biodiversidade e prestadora de um serviço ambiental através da ação polinizadora das abelhas.

Antevendo-se que a apicultura desempenhe um papel de relevo e importância crescente na sustentabilidade e desenvolvimento das áreas rurais, pretende-se integrar numa estrutura, as competências necessárias para alicerçar em sólidas fundações os agentes económicos capazes de gerar riqueza através da atividade apícola, ou seja, os apicultores e as suas explorações.

## **ESTRUTURA**

### **ÓRGÃO DE GESTÃO**

Conselho Geral

Conselho de Gestão

Conselho Consultivo (incluindo funções de fiscalização)

Diretor Executivo

## **PARCEIROS**

Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural (MAFDR)

Câmara Municipal de Castelo Branco (CMCB)

Federação Nacional dos Apicultores de Portugal (FNAP)

Centro de Apoio Tecnológico Agroalimentar (CATAA)

Cluster Agroindustrial do Centro (INOVCLUSTER)

Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB)

Instituto Politécnico de Bragança (IPB)

Universidade de Coimbra (UC)

Universidade de Trás os Montes e Alto Douro (UTAD)

Universidade do Algarve (UAlg)

Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV)

Federação das Indústrias Portuguesas Agroalimentares (FIPA)

Associação Nacional da Indústria para a Proteção de Plantas (ANIPLA)

## CARACTERIZAÇÃO DO SECTOR APÍCOLA

### DADOS ESTATÍSTICOS

A apicultura é uma atividade económica do sector agrícola, estruturada, dinâmica e inovadora, constituída por 10.860 explorações, as quais exploram um efetivo de 710.219 colmeias (DGAV, setembro de 2017). Segundo o documento Programa Apícola Nacional 2014-2016 e Programa Apícola Nacional 2017-2019 (Fonte GPP), o efetivo apícola nacional tem vindo a crescer de forma contínua, desde 2007 (os dados até essa data resultavam de estimativas), enquanto as explorações diminuem, (ver gráficos 1 e 2) aumentando a sua dimensão média, e aumentando o número de explorações detidas por profissionais, ou seja, que têm a apicultura como atividade principal.

Assim, atualmente a dimensão média da exploração apícola é de 65 colmeias/apicultor, existindo 1.163 apicultores profissionais (cuja dimensão da exploração ultrapassa as 150 colmeias), ou seja 11% do total, mas que detém 430.531 colmeias, isto é 61% do efetivo nacional (dimensão média de 370 colmeias/apicultor). Nas explorações não profissionais a dimensão média desce abruptamente para 29 colmeias/apicultor.

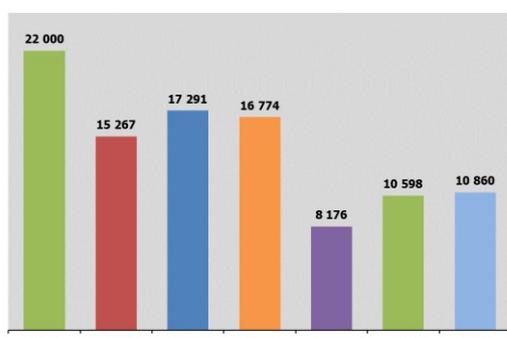


Gráfico 1. Evolução do número de apicultores em Portugal

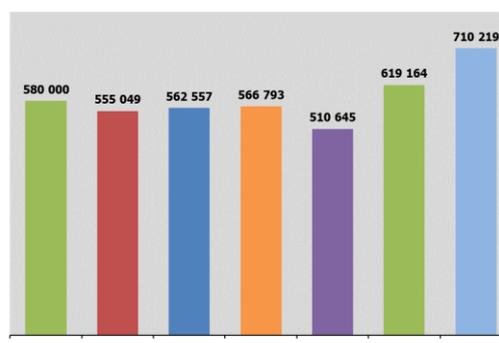


Gráfico 2. Evolução do efetivo apícola em Portugal

Esta taxa de profissionalização destaca-se na UE28, onde Portugal ocupa o 3º lugar após a Grécia (30%) e a Espanha (23%) estando contudo em linha com a realidade da maioria dos Estados Membros, ainda que acima da média da UE28. Segundo o **Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre a aplicação das medidas relativas ao setor da apicultura do Regulamento (CE) n.º 1234/2007 do Conselho**, (disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52013DC0593&from=en>) no ano de 2016, o número total de apicultores na União Europeia era de 590.833, dos quais apenas 3.98 % (23.516) eram considerados apicultores profissionais (mais de 150 colmeias). Estes detinham

5.659.551 colmeias das 13.985.091 existentes, ou seja, 40 %. Ainda que a taxa de profissionalização possa ser considerada baixa na UE, varia bastante entre Estados-Membros, sendo de 0,1 % na Bélgica e 40 % na Grécia. Ainda assim, a exploração apícola profissional em Portugal é comparável à de Espanha e Chipre (367 e 372 colmeias por apicultor, respetivamente) e superior às dos restantes países do mediterrâneo (França: 279, Itália: 106, Grécia: 157, e Eslovénia:) – ver tabela 1.

| País            | Colmeias       |             |                     | Apicultores   |               |                       | Colmeias/<br>Apicultor<br>Profissional |
|-----------------|----------------|-------------|---------------------|---------------|---------------|-----------------------|--|
|                 | Total          | % na UE     | De<br>profissionais | Total         | Profissionais | % de<br>profissionais |  |
| Grécia          | 1 243 446      | 4,73        | 1.200.000           | 19.392        | 7.665         | 39,5                  | 157                                    |
| Espanha         | 2 459 373      | 15,66       | 1.967.498           | 23.816        | 5.361         | 22,5                  | 367                                    |
| França          | 1 636 000      | 10,42       | 615.779             | 73.500        | 2.205         | 3,0                   | 279                                    |
| Itália          | 1 316 774      | 8,38        | 800.000             | 70.000        | 7.500         | 10,7                  | 106                                    |
| <b>Portugal</b> | <b>566 793</b> | <b>3,61</b> | <b>367 608</b>      | <b>17.291</b> | <b>594</b>    | <b>3,4</b>            | <b>362</b>                             |
| UE 28           | 15 704 270     | 100,00      | 5.659.551           | 506.038       | 26.318        | 5,2                   | 215                                    |

(disponível em: [http://ec.europa.eu/agriculture/honey/reports/statistics-apiculture-programmes\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/agriculture/honey/reports/statistics-apiculture-programmes_en.pdf))

**Tabela 1.** Número de colmeias e apicultores nos Estados Membros da UE em 2016

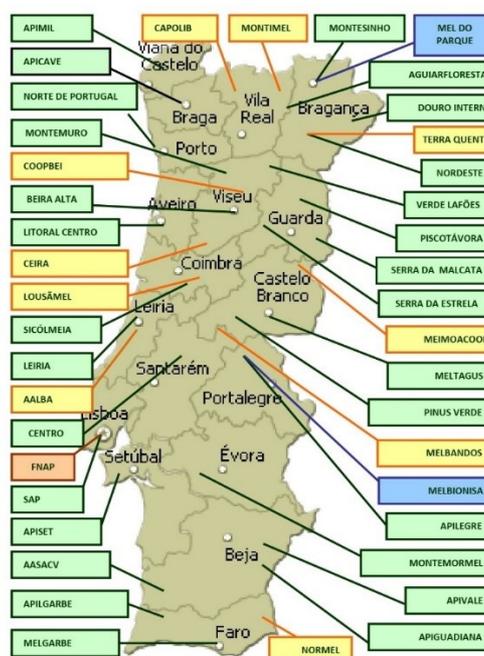
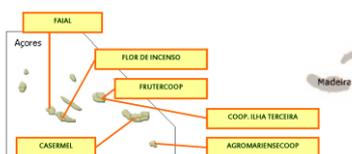
Apesar do número de apicultores não profissionais ser elevado, e claramente maioritário, assiste-se, através da ação contínua das organizações de produtores assente na divulgação de informações, a um grau de profissionalização mais elevado no sector. Assim, é notória uma clara implantação regional das organizações de apicultores nas zonas do país onde existem mais apicultores, e menos apicultores profissionais (ver mapa 1), ou seja, o Norte e o Centro.

## ASSOCIATIVISMO NO SECTOR APÍCOLA

55 Organizações de Apicultores

### FNAP – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS APICULTORES DE PORTUGAL

- 45 organizações filiadas
- 15 cooperativas (AMARELO)
- 2 Agrupamentos (AZUL)
- 28 associações (VERDE)
- 6.738 apicultores
- 508.335 colmeias



**Mapa 1.** Associativismo no sector apícola em Portugal

Esta tendência é também visível na quantidade de organizações com técnicos contratados (ver gráfico 3) para prestação de assistência técnica através da Medida 1 do Programa Apícola Nacional (disponível em: [http://www.gpp.pt/MA/apicultura/PAN2014-2016\\_18.12.13.pdf](http://www.gpp.pt/MA/apicultura/PAN2014-2016_18.12.13.pdf), páginas 97 a 101).

Esta assistência técnica é maioritariamente dirigida para os domínios da qualidade e segurança alimentar do Mel, mas sobretudo da sanidade apícola. É crescente o número de organizações que tem vindo a aderir à figura das Zonas Controladas, ou seja, passam a deter competências alargadas na gestão da sanidade na área sob sua influência (ver mapa 2).



Gráfico 3. Técnicos contratados por organizações

## ZONAS CONTROLADAS

As **Entidades Gestoras de Zona Controlada Apicultores** são organizações de apicultores com competências na gestão da sanidade apícola.

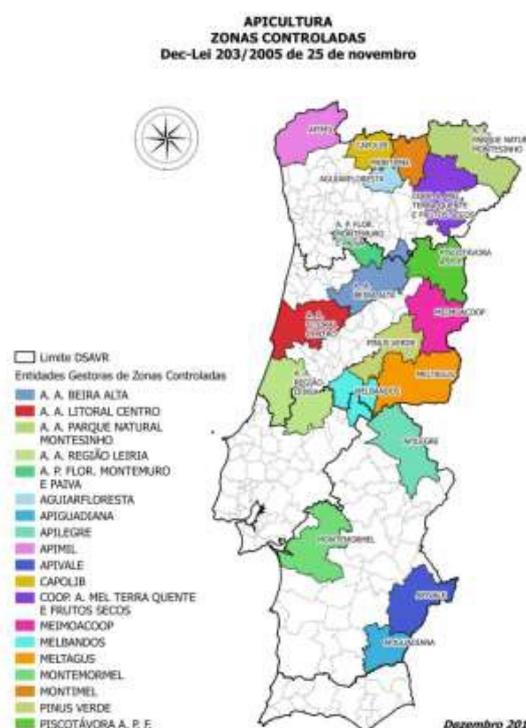
**Obrigações:** registo atualizado de operações, diagnóstico de doenças, regulação do trânsito

**Em 2007:** 1 ZC – 4 concelhos

**Em 2010:** 14 ZC – 56 concelhos – 150.000 colmeias

**Em 2014:** 18 ZC – 94 concelhos – 280.000 colmeias

**EM 2018:** 19 ZC – 96 concelhos



Mapa 2. Área ocupada por Zonas Controladas de Doenças das Abelhas (disponível em:

<http://www.gpp.pt/images/Programas e Apoios/Apoios de Mercado/PAN/PAN2017-2019.pdf>)

Para a evolução acima descrita muito contribuíram os 1047 projetos de primeira instalação e investimento em apicultura financiados no âmbito do PRODER, aos quais foi atribuído um apoio superior a 53 milhões de euros, num total de 71 milhões de euros de investimento. Este investimento na fileira apícola, reflete a visibilidade da produção de mel enquanto atividade económica ambientalmente sustentável, algo que no contexto da sociedade atual é bastante valorizado. Estima-se que a evolução positiva a que o efetivo nacional tem estado sujeito nos últimos 5 anos (acrescente-se que em contraciclo relativamente à maioria das restantes atividades pecuárias), se possa estender pelos próximos 3 anos, na medida em que esse é o período em que se concluirão os projetos de investimento atrás referidos. Este facto terá um impacto ao nível da produção nacional, no mínimo semelhante ao que tem atualmente ao nível do efetivo, ou seja, um aumento de cerca de 25 %.

## VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO

Segundo o documento Programa Apícola Nacional 2017-2019 (disponível em: [http://www.gpp.pt/images/Programas\\_e\\_Apoios/Apoios\\_de\\_Mercado/PAN/PAN2017-2019.pdf](http://www.gpp.pt/images/Programas_e_Apoios/Apoios_de_Mercado/PAN/PAN2017-2019.pdf)), é possível estimar o seguinte Valor Bruto da Produção médio, para cada uma das várias classes de dimensão da exploração apícola (ver tabela 2):

| DIMENSÃO DA EXPLORAÇÃO (n.º de colmeias) | N.º Total de colmeias | Dimensão Média (n.º colmeias/apicultor) | VBP médio (€/colmeia) | VBP Total (€)         |
|--|-----------------------|---|-----------------------|-----------------------|
| 1-49                                     | 120.318               | 15                                      | 126,00 €              | 15.160.000,00€        |
| 50-150                                   | 138.473               | 83                                      | 126,00 €              | 17.448.000,00€        |
| > 150                                    | 367.608               | 346                                     | 118,74 €              | 43.649.000,00€        |
|  | 626.329               |   |                       | <b>76.257.000,00€</b> |

**Tabela 2.** Estimativa do Valor Bruto da Produção (VBP) do sector apícola nacional

Chega-se, por esta via, a uma estimativa global de, aproximadamente, **76,2 milhões de Euros** para o VBP do setor apícola no ano de 2016.

Relativamente a 2013, o VPB Total passou de 50.302.647 Euros para 76.257.000 Euros, o que corresponde a um aumento de 51%, muito superior à variação ocorrida entre 2010 e 2013, a qual foi apenas de 3% de crescimento da VPB (ver gráfico 4).

Tendo em atenção o VBP estimado para a produção animal, para o ano 2012, que atinge o montante de **5.995,8 milhões de Euros**, é possível concluir que a produção apícola representa cerca de 1% do total do valor bruto da produção animal.

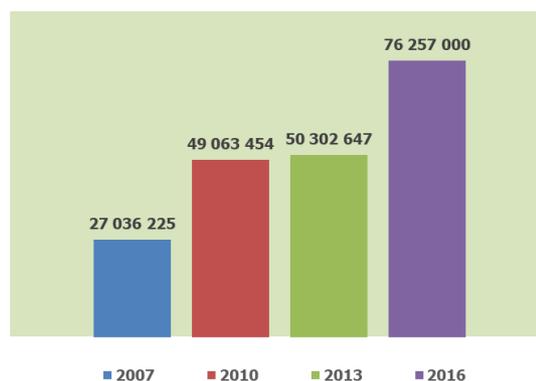


Gráfico 4. Evolução do VBP da Produção de Mel

## IMPORTÂNCIA AMBIENTAL DA APICULTURA E SEU CONTRIBUTO PARA A BIODIVERSIDADE

A apicultura é uma atividade agrícola que traz benefícios para o Meio – Ambiente de forma inequívoca. Estes benefícios podem ser indiretos, quer **(i)** preservando (ou melhorando) os solos pois facilita e contribui para a manutenção do sob coberto vegetal, **(ii)** contribuindo para a manutenção dos ecossistemas e da biodiversidade, ou diretos, **(iii)** na medida em que grande parte da flora silvestre, muitas culturas frutícolas e algumas oleaginosas, são polinizadas pelas abelhas conseguindo-se com isso mais e melhores produções.

Por outro lado, e ainda em termos ambientais, as abelhas fazem parte da alimentação de inúmeras espécies de aves insectívoras e de alguns répteis, entre os quais se encontram endemismos ibéricos e outras espécies com estatuto de conservação de "ameaçado" (categorias IUCN) em Portugal ou na Europa.

Atualmente verifica-se uma crescente preocupação (transversal às várias camadas etárias da sociedade) com as questões ambientais, nomeadamente com a preservação e sustentabilidade dos ecossistemas, mas também com a manutenção da biodiversidade. A produção de mel (a apicultura) é apresentada pela Comissão Europeia como o exemplo de “emprego verde”, na medida em que é uma atividade económica capaz de explorar recursos silvestres, preservando-os e contribuindo de forma positiva para a sua manutenção e renovação. As abelhas, consequência desta especificidade, são ainda apontadas como “sentinelas do ambiente”, na medida em que pequenas e impercetíveis (à escala humana) alterações ambientais afetam-nas

de forma muitas vezes irreversível. Esta relevância é tanto maior, quanto a perda do equilíbrio nos ecossistemas é mais evidente: o efeito polinizador das abelhas está hoje potenciado, pois as populações de outros insetos polinizadores selvagens, como as borboletas por exemplo, estão a diminuir (ou a desaparecer) nalguns ecossistemas, dificultando a renovação de muitas espécies de flora silvestre, e conseqüentemente da fauna que aí encontra o seu *habitat*. Esta escassez de polinizadores no ambiente torna presença de abelhas através da prática da apicultura, crítica para o sucesso económico de muitas culturas agrícolas, como por exemplo a amendoeira e o morangueiro, o melão e a abóbora, ou o girassol.

A grande maioria das explorações apícolas nacionais, concentram os seus apiários em zonas de grande riqueza e diversidade ambiental, pois desta forma garantem a produção de mel de qualidade. São disto exemplo os **matagais ibéricos**, como os de Esteva (*Cistus ladanifer*), Rosmaninho (*Lavandula stoechas*, *Lavandula luisieri* e *Lavandula pedunculata*), Urzes (*Erica* spp.), ou Giesteira (*Cytisus multiflorus* e *Cytisus striatus*); e o remanescente da **floresta original portuguesa**, com formações arbóreas onde predomina o Carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*), o Castanheiro (*Castanea sativa*), o Sobreiro (*Quercus suber*) e a Azinheira (*Quercus rotundifolia*), ou o Medronheiro (*Arbutus unedo*).

Desde finais da década de 80 com o aparecimento da Varroose (parasitose das abelhas provocada pelo ácaro *Varroa destructor*) os apicultores são os únicos responsáveis pela não extinção da espécie *Apis mellifera*. Pode-se hoje afirmar com alguma segurança que o fim da atividade apícola ameaçará a sobrevivência da espécie *Apis mellifera*, pois atualmente encontra-se quase totalmente dependente do homem (do apicultor) por motivos sanitários.

É pois o apicultor que, com a sua atividade, aumenta a capacidade de suporte do meio em polinizadores (abelhas), na medida em que lhes proporciona abrigos, e locais de procriação. Com isso aumenta muito a densidade desses polinizadores, assegurando assim uma reprodução eficaz da vegetação, quer a espontânea quer a das plantas cultivadas.

Acrescente-se que a diversidade genética e a estrutura das populações de *Apis mellifera* dependem também da apicultura e, contrariamente ao que sucede no resto da Europa, em Portugal observa-se que a subespécie que aqui naturalmente ocorre (*Apis mellifera iberiensis*) apresenta uma elevada diversidade genética e uma clara estruturação em ecótipos locais, sendo estas características mantidas sobretudo pelas práticas apícolas utilizadas. Importa pois

salvaguardar, e mesmo fomentar, as práticas apícolas que melhor contribuirão para a conservação da biodiversidade da abelha-ibérica, não só para preservar o bom estado de conservação da população utilizada na apicultura, mas também porque será através desta população que se fará no futuro o restabelecimento da espécie na natureza.

Acresce ainda a invasão da espécie *Vespa velutina nigrithorax* (vulgarmente conhecida por Vespa Asiática), a qual, estando presente em Portugal desde 2011, tem vindo a causar impactos e efeitos negativos graves em três áreas distintas: no ambiente e biodiversidade, na saúde pública e na apicultura. Os efeitos negativos desta espécie invasora predadora de insetos, no ambiente e na biodiversidade são devidos à forte predação de abelhas e de outros insetos polinizadores, no período de julho a novembro, o que reduzindo as populações nativas, algo que ameaça a capacidade polinizadora dos ecossistemas, e consequente manutenção do seu equilíbrio. Para a segurança das populações e para a saúde pública, esta espécie é perigosa devido à sua muito elevada agressividade. Este perigo é maximizado quando perturbados os ninhos, os quais são de grande dimensão e constituídos por bastante população, e muito frequentemente encontram-se localizados em zonas urbanas ou periurbanas.

## SITUAÇÃO DO MERCADO MUNDIAL DE MEL

Atualmente a União Europeia, apesar de ser o 2º produtor mundial, (ver tabela 3 e gráfico 5), não produz mel suficiente para fazer face à procura do seu mercado interno, tendo tido em 2009, segundo o EUROSTAT, um autoaprovisionamento de 64,0 %. Ainda assim, o consumo humano anual cifra-se em 0,6 kg/pessoa/ano e atingiu as 354.800 toneladas, representando as importações cerca de 39 % do mel consumido na Europa (ver tabela 4).

| País ou Região | Produção média 2010-2014 (em Ton) |
|----------------|-----------------------------------|
| China          | 438 060                           |
| U.E.           | 241 856                           |
| Turquia        | 92 340                            |
| Argentina      | 76 100                            |
| EUA            | 72 111                            |
| Rússia         | 63 951                            |
| India          | 60 400                            |
| México         | 57 920                            |

Tabela 3. Produção mundial de mel por país produtor

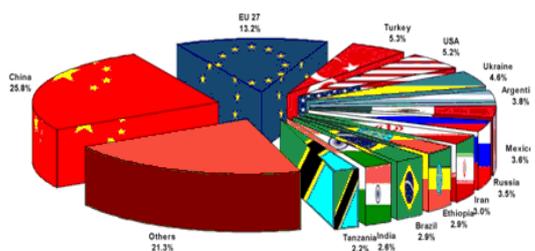
Fonte: FAO Statistics Division, disponível em <http://teca.fao.org/discussion/moderated-discussion-beekeeping-metrics-gauging-beekeeping-sector> (Ranking 132 países)

| Unidade: 1.000 ton Fonte: EUROSTAT País | Ano | Produção | Importações | Exportações | Comércio Intra-EU | Consumo humano (UE) | Consumo humano (Kg/pessoa/ano) | Auto-aprovisionamento (%) |
|---|-----|----------|-------------|-------------|-------------------|---------------------|--------------------------------|---------------------------|
|---|-----|----------|-------------|-------------|-------------------|---------------------|--------------------------------|---------------------------|

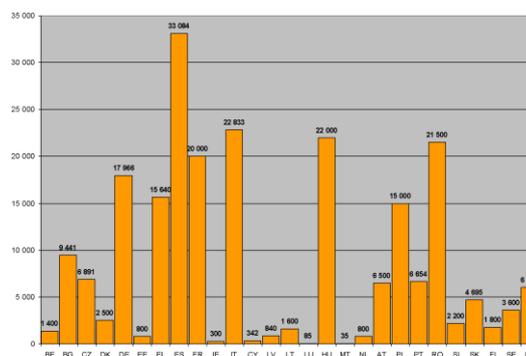
|                     |      |     |      |     |      |       |     |       |
|---------------------|------|-----|------|-----|------|-------|-----|-------|
| União Europeia (UE) | 2008 | 204 | 142  | 10  | 101  | 335,2 | 0,6 | 60,7  |
|                     | 2009 | 227 | 137  | 10  | 93   | 354,8 | 0,6 | 64,0  |
|                     | 2010 |     | 149  | 11  | 103  |       |     |       |
| Portugal (PT)       | 2008 | 7   | 0,0  | 0,1 | 1,7  | 6,9   | 0,3 | 101,1 |
|                     | 2009 | 7   | 0,0  | 0,1 | 1,3  | 6,6   | 0,3 | 100,4 |
|                     | 2010 |     | 0,0  | 0,1 | 1,2  |       |     |       |
| Alemanha (DE)       | 2008 | 18  | 72,6 | 2,9 | 20,3 | 88,0  | 1,1 | 20,7  |
|                     | 2009 | 18  | 64,3 | 2,9 | 19,4 | 79,4  | 1,0 | 22,7  |
|                     | 2010 |     | 67,0 | 3,2 | 23,6 |       |     |       |
| França (FR)         | 2008 | 20  | 7,6  | 0,9 | 20,4 | 26,7  | 0,4 | 74,8  |
|                     | 2009 | 20  | 6,0  | 0,8 | 17,4 | 25,2  | 0,4 | 79,3  |
|                     | 2010 |     | 5,1  | 0,9 | 20,4 |       |     |       |
| Reino Unido (UK)    | 2008 | 4   | 21,2 | 0,5 | 9,1  | 24,2  | 0,4 | 14,5  |
|                     | 2009 | 6   | 23,0 | 0,5 | 7,4  | 28,5  | 0,5 | 21,0  |
|                     | 2010 |     | 24,6 | 0,6 | 6,9  |       |     |       |
| Espanha (ES)        | 2008 | 29  | 9,2  | 3,0 | 7,3  | 35,2  | 0,8 | 82,1  |
|                     | 2009 | 33  | 8,0  | 2,7 | 7,2  | 38,3  | 0,8 | 86,1  |
|                     | 2010 |     | 12,1 | 3,0 | 5,6  |       |     |       |
| Suécia (SE)         | 2008 | 3   | 0,1  | 0,1 | 2,7  | 3,1   | 0,1 | 98,0  |
|                     | 2009 | 4   | 0,1  | 0,0 | 3,5  | 3,7   | 0,1 | 97,9  |
|                     | 2010 |     | 0,1  | 0,0 | 3,9  |       |     |       |

**Tabela 4.** Balança comercial de mel – União Europeia (e mercados-alvo)

Ao contrário do que sucede com muitos outros produtos agrícolas, a União Europeia não produz mel suficiente para o seu consumo interno, sendo o principal importador de mel a nível mundial (gráfico 6), tendo em 2010 absorvido 38 % das importações mundiais. No ano de 2011, e segundo o EUROSTAT, a UE importou 146.538 toneladas de mel sendo os principais fornecedores a China (39% - 56.962 ton) e a Argentina (20% - 28.767 ton), a um preço médio de 2,08 €/kg (China: 1,34 €/kg e Argentina: 2,24 €/kg)<sup>1</sup>.



**Gráfico 5.** Produção mundial de mel por país<sup>1</sup>



**Gráfico 6.** Produção de mel na União Europeia por Estado Membro (1.000 ton)<sup>1</sup>

As importações de mel a nível mundial, mantêm-se relativamente estáveis, ao contrário dos preços que tem vindo a subir (ver gráfico 8), numa tendência de médio prazo (de 2005 a 2012). O mercado da União Europeia é um grande mercado (maior mercado mundial) caracterizado por **(i)** ter consumidores com elevado poder de compra, **(ii)** apresentar um crescimento desacelerado e **(iii)** uma grande variedade de produtos com grande competição entre eles. Ainda

<sup>1</sup> Fonte: Eurostat ComExt

assim, não deve ser desprezada a pressão imposta pelo mercado informal na maioria dos países (Portugal não é exceção).

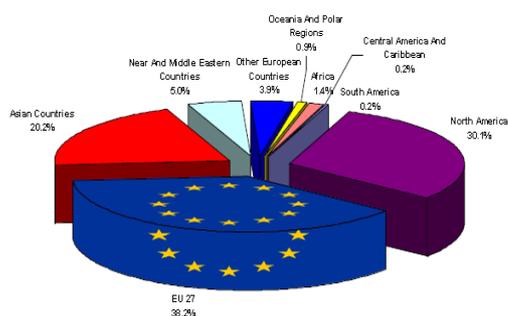


Gráfico 7. Importações de mel por região

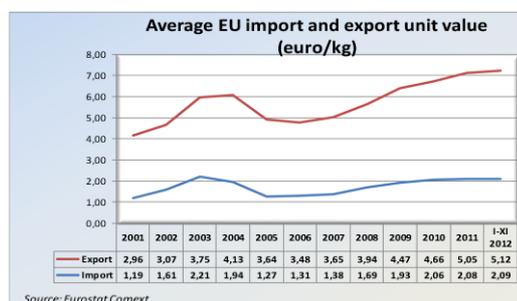


Gráfico 8. Preço médio das importações e exportações UE <sup>1</sup>

O consumidor europeu prefere (de uma forma geral) mel claro, ou seja, entre o branco e o âmbar claro (méis de acácia, alecrim, alfazema, rosmaninho e laranjeira), por oposição aos méis mais escuros (âmbar e negros). Estes últimos (mel de montanha, mel da floresta e monoflorais de urzes e castanheiro) encontram um mercado preferencial nos consumidores do centro e norte da Europa<sup>2</sup>.

A Alemanha é o maior importador e consumidor de mel da Europa, apresentando um consumo per capita de 1,1 kg em 2008 e 1,0 kg em 2009 (tabela 2). É ainda responsável por cerca de 20% do comércio intra-UE (à semelhança da França). No triénio 2008-2010 importou em média 68.000 ton de mel, das quais apenas 30% tem origem na UE (ver gráfico 9). É o 2º produtor a nível europeu, apenas suplantado pela Espanha.

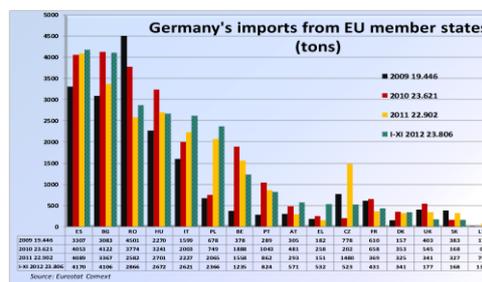


Gráfico 9. Importações alemãs de mel por Estado Membro <sup>1</sup>

O Reino Unido é o segundo maior importador europeu, tendo aumentado as importações nos últimos anos (apenas acompanhado pela Espanha). A produção nacional apenas compreende 20% do consumo humano, sendo o restante mel proveniente em partes iguais do mercado intra-UE e de países terceiros.

<sup>2</sup> "Promising EU market exports for honey". CBI – Ministry of Foreign Affairs of the Netherlands. Disponível em: [http://www.cbi.eu/system/files/marketintel/2011\\_Promising\\_EU\\_export\\_markets\\_for\\_honey.pdf](http://www.cbi.eu/system/files/marketintel/2011_Promising_EU_export_markets_for_honey.pdf)

A França é terceiro mais importante Mercado de mel na UE, sendo o o 6º produtor europeu. À semelhança da Alemanha é responsável por cerca de 20% das trocas intra-UE, apesar da diminuição nas importações de mel.

## **MERCADO NACIONAL DE MEL**

Em Portugal, desde 2008 que a produção tem vindo a crescer tendo em 2011, cifrando-se nas 7.792 toneladas (valor que não inclui a venda direta e o autoconsumo), a um preço médio de 3,51 €/Kg (inclui venda a granel e a retalho)<sup>3</sup>. O mercado do mel a retalho (mel embalado) representa cerca de 15% desta produção. A restante produção é vendida sob a forma de matéria-prima para a industria agroalimentar (onde se incluem embaladores), tendo em 2009 sido exportadas 911 toneladas (cerca de 12% da produção nacional)<sup>4</sup>.

O “Estudo sobre o consumo de Mel em Portugal” executado pela FNAP, no âmbito do PAN 2008-2010, cujos objetivos eram (i) determinar os principais locais de compra de mel, (ii) identificar os motivos de escolha por um determinado tipo de mel, ou seja, qual a importância de cada elemento associado à tomada de decisão de compra de mel, e (iii) reconhecer as características/preferências dos consumidores de mel, indicou que as famílias portuguesas gastam em média por ano, 20,00 € no consumo de mel, o que representa aproximadamente um mercado estimado de 35 milhões de euros. Ficou igualmente demonstrado que as famílias portuguesas adquirem mel maioritariamente junto dos produtores (40%), e na região de onde é originário. Por outro lado, o mercado nacional valoriza o produto, porque consideram que o mesmo faz bem à saúde (próximo dos 80%), estando dispostas a pagar por um mel embalado ao qual seja reconhecida qualidade, preços superiores até 79%.

## **PREÇO**

No que se refere aos preços praticados segundo o tipo de destino final do produto, constata-se uma diferença muito significativa nos preços pagos ao apicultor, consoante os vários canais de comercialização. Assim, e segundo o GPP<sup>5</sup>, os preços praticados no mel a granel (transação de matéria-prima para intermediários/embaladores ou indústria) são os preços mais baixos do mercado. Os preços de mel embalado (transação de produtos finais), em que o próprio apicultor

---

<sup>3</sup> Dados do INE

<sup>4</sup> Dados do INE

<sup>5</sup> In “Programa Apícola Nacional – Triénio 2011-2013” disponível em: [http://www.gpp.pt/MA/apicultura/PAN\\_2011\\_13.pdf](http://www.gpp.pt/MA/apicultura/PAN_2011_13.pdf)

comercializa o produto (em feiras, mercados locais ou mesmo na própria exploração), embalando-o sem grandes custos de embalagem e acondicionamento (e com a respetiva mais valia incorporada) são os mais atrativos, podendo afirmar-se que o mel mais rentável é o destinado diretamente ao consumo.

## DADOS ESTATÍSTICOS RELATIVOS AO MERCADO NACIONAL DE MEL

O consumo per capita é inferior a 1 kg por habitante (cerca de 600 gr./habitante/ano), sendo a sua utilização interna sobretudo destinada ao consumo humano.

Fonte: INE

| Produção de Mel | 2007  |        | 2008  |        | 2009  |        | 2010  |        | 2011 |        |
|-----------------|-------|--------|-------|--------|-------|--------|-------|--------|------|--------|
|                 | Ton.  | Var. % | Ton. | Var. % |
|                 | 6 907 | 15,5   | 6 654 | -3,6   | 6 919 | 3,8    | 7 426 | 7,3%   | 7792 | 4,9    |

Tabela 5. Evolução da produção nacional de mel

| A utilização industrial do mel nacional, sobretudo dirigida à indústria alimentar (e, em segundo lugar, à indústria farmacêutica) assume em Portugal valores residuais. Unid: 10 <sup>3</sup> ton<br><br>(a) Período de referência: Julho do ano n a Junho do ano n+1. | Produção utilizável | Comércio |       | Utilização interna |                        | Capitação Kg | Grau de autoaprov (%) |
|--|---------------------|----------|-------|--------------------|------------------------|--------------|-----------------------|
|  |                     | Entrada  | Saída | Total              | Da qual consumo humano |              |                       |
|  | 6                   | 1        | 1     | 6                  | 6                      | 0,6          | 100,0                 |
|  | 6                   | 1        | 1     | 6                  | 6                      | 0,6          | 100,0                 |
|  | 7                   | 2        | 1     | 8                  | 8                      | 0,8          | 87,5                  |
|  | nd                  | nd       | nd    | 7                  | 7                      | 0,7          | 100,0                 |

Tabela 6. Balança de Autoaprovisionamento de mel

A balança comercial de Portugal apresenta uma grande instabilidade, tendo atingido em 2009 um déficit de cerca de um milhão e quinhentos mil euros, em 2010 apresentava em um saldo positivo de quase um milhão e setecentos mil euros e em 2012 ronda os trezentos mil euros.

Fonte: INE (2010 - dados definitivos; 2011 - dados provisórios; 2012 - dados preliminares)

|                              | 2008  | 2009   | 2010  | 2011  | 2012* |
|------------------------------|-------|--------|-------|-------|-------|
| <b>Exportações</b>           | 4.363 | 2.986  | 5.750 | 4.964 | 5.014 |
| <b>Importações</b>           | 4.341 | 4.480  | 4.080 | 4.508 | 4.687 |
| <b>Saldo Comercial</b>       | 22    | -1.494 | 1.669 | 455   | 327   |
| <b>Taxa de Cobertura (%)</b> | 100,5 | 66,6   | 140,9 | 110,1 | 107,0 |

**Tabela 7.** Evolução da Balança Comercial

|                         | 2008  | 2009  | 2010  | 2011  | 2012  |
|-------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|
| <b>Entradas - total</b> | 1.672 | 1.376 | 1.316 | 1.405 | 1.564 |
| <b>Chegadas (UE)</b>    | 1.671 | 1.336 | 1.294 | 1.341 | 1.521 |
| <b>Importações (PT)</b> | 1     | 40    | 22    | 64    | 42    |
| <b>Saídas - total</b>   | 1.835 | 1.057 | 1.906 | 1.530 | 1.478 |
| <b>Expedições (UE)</b>  | 1.758 | 991   | 1.821 | 1.428 | 1.329 |
| <b>Exportações (PT)</b> | 77    | 66    | 85    | 102   | 149   |

**Tabela 8.** Evolução das importações e exportações nacionais de mel

No que respeita aos preços à importação, verifica-se que estes são, em média, muito inferiores aos preços à exportação e aos preços do mercado interno (por vezes, na ordem dos 100%). Os preços das importações provenientes de países terceiros são dominados pelo preço do mercado internacional cujas flutuações influenciam diretamente também o preço no mercado interno da UE, e traduzem uma grande competitividade das importações junto dos embaladores/distribuidores e da indústria, seus destinos preferenciais.

Unid: euro/kg

Fonte: INE - \* janeiro a novembro

|                                       | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012* |
|---------------------------------------|------|------|------|------|-------|
| <b>Preço Médio - Entradas</b>         | 2,6  | 3,3  | 3,1  | 3,2  | 3,0   |
| <b>Preço Médio - Chegadas (UE)</b>    | 2,6  | 3,3  | 3,1  | 3,3  | 3,0   |
| <b>Preço Médio - Importações (PT)</b> | 3,6  | 2,2  | 1,4  | 2,1  | 2,3   |

**Tabela 9.** Evolução dos preços à importação de mel

No que respeita aos preços à exportação, verifica-se que estes são superiores aos preços das importações intracomunitárias, e que refletem, no que respeita às exportações para países terceiros, uma elevada qualidade e valorização do mel nacional monofloral, que domina as exportações para aqueles destinos.

Unid: euro / Kg

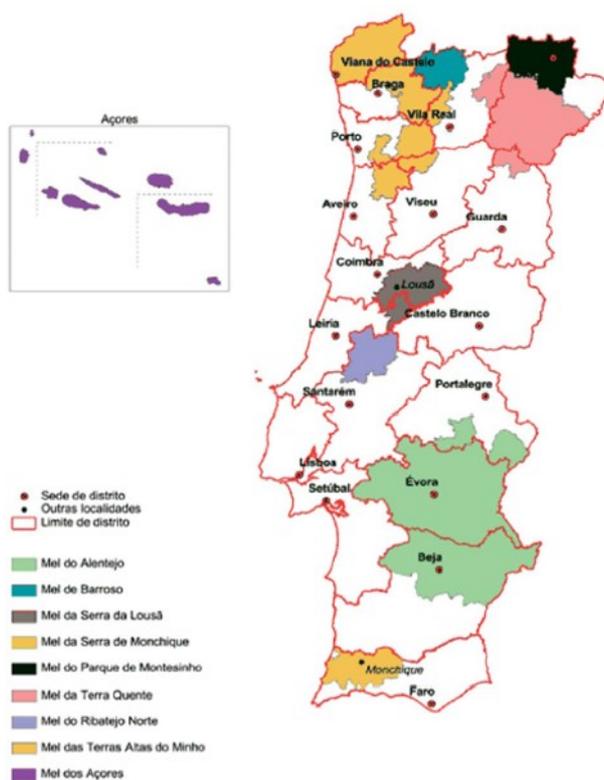
Fonte: INE (2010 - dados definitivos; 2011 - dados provisórios; 2012 - dados preliminares)

|                                       | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012* |
|---------------------------------------|------|------|------|------|-------|
| <b>Preço Médio - Saídas</b>           | 2,4  | 2,8  | 3,0  | 3,2  | 3,4   |
| <b>Preço Médio - Expedições (UE)</b>  | 2,3  | 2,6  | 2,9  | 3,0  | 3,1   |
| <b>Preço Médio - Exportações (PT)</b> | 4,9  | 5,5  | 5,5  | 6,1  | 5,6   |

Tabela 10. Evolução dos preços à exportação de mel

### QUALIDADE DA PRODUÇÃO NACIONAL - PRODUÇÃO DE MEL CERTIFICADO (DOP - DENOMINAÇÃO DE ORIGEM PROTEGIDA)

O Regulamento (UE) nº 1151/2012 do PE e do Conselho de 21 de novembro, estabelece o quadro jurídico relativo à **proteção das indicações geográficas e denominações de origem dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios**.



Mapa 3. Mapa dos Méis com Denominação de Origem Protegida (Fonte: DGADR)

Em Portugal, existem reconhecidas nove Denominações de Origem Protegida (DOP) de mel, as quais demonstram um interesse crescente por parte dos apicultores numa aposta na qualidade, com consequências não só a nível da dinamização económica das zonas rurais em que se inserem, mas também da própria comercialização do mel.

A produção nacional de méis DOP cifra-se nas 51 toneladas de mel, o que é bastante reduzido face à produção nacional. Apesar de ter vindo a aumentar, esse aumento é feito de forma pouco expressiva (registando um acréscimo de cerca de 2,7% entre 2008 e 2009). Relativamente aos preços há a referir que os preços obtidos são naturalmente mais elevados do que os praticados no mel não certificado, o que pode ser encarado como o reflexo da valorização dada pelo consumidor às componentes, produção com técnicas artesanais, tradição e saber fazer, qualidade e sabor, mas também ao rótulo e respetiva marca de certificação.

## QUALIDADE DA PRODUÇÃO NACIONAL - PRODUÇÃO DE MEL EM MODO DE PRODUÇÃO BIOLÓGICO (MPB)

O **Modo de Produção Biológico** encontra-se definido através do Regulamento (CE) n.º 834/2007 do Conselho de 28 de junho, estando as suas normas de execução definidas no Regulamento (CE) n.º 889/2008, da Comissão, de 5 de setembro. As regras mínimas relativas à produção biológica animal, entre as quais as destinadas à apicultura encontram-se estabelecidas no art.º 14.º daquele regulamento.

O recurso ao Modo de Produção Biológico (MPB) na apicultura tem vindo a aumentar em Portugal. Nos gráficos 10 e 11 apresenta-se a evolução do efetivo apícola nacional em Modo de Produção Biológico.

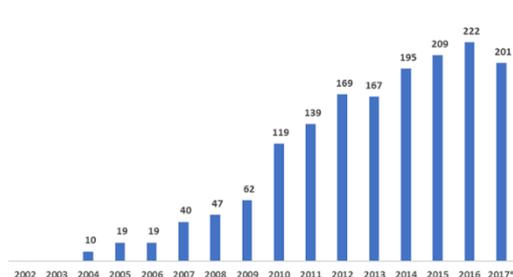


Gráfico 10. Evolução dos operadores em MPB em Portugal

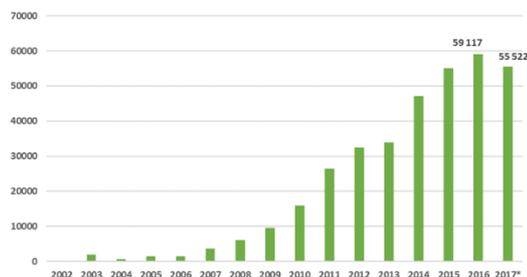


Gráfico 11. Evolução do afetivo apícola em MPB<sup>1</sup>

Fonte: <http://www.dgadr.gov.pt/sustentavel/modo-de-producao-biologico>

Para além de um crescimento anual médio de 50% no número de colmeias em MPB (se excetuarmos o ano de 2017, cujos dados não são definitivos), sabe-se que os apicultores certificados em MPB apresentam um perfil bastante diferenciado: **(i)** têm em média 47 anos de idade contra 56 nos apicultores convencionais (26% têm idades compreendidas entre os 30 e 39 anos), **(ii)** 70 % tem formação específica em apicultura, logo uma maior capacidade em assimilar e aplicar novas técnicas de manejo apícola, modelos de gestão económica e financeira, bem como revelam grande capacidade em adaptar-se a novas realidades. A taxa de profissionalismo é bastante superior, ou seja 38 % dos apicultores em MPB são profissionais e detêm 83 % dos efetivos (4 % e 42% no convencional).

Em 2012 foram comercializadas 288 toneladas de mel em MPB, dos quais 20 % se destinaram ao mercado da exportação, a um preço médio de 3,30 €/kg no mel a granel, e 5,10 €/Kg no mel embalado. A produção média foi de 15 Kg/colmeia.

## **QUALIDADE DA PRODUÇÃO NACIONAL - PRODUÇÃO DE MEL MONOFLORAL**

A riqueza e a diversidade em flora melífera de Portugal, quer de espécies silvestres (a maioria), quer de plantas cultivadas, como o castanheiro e o eucalipto, fazem com que exista uma grande diversidade de méis monoflorais ao longo do país. Os méis monoflorais mais emblemáticos são:

- Mel de Rosmaninho (*Lavandula stoechas*), nas zonas de cota inferior a 400 m;
- Mel de Urze (*Erica umbellata*), até à cota de 900 m;
- Mel de Castanheiro (*Castanea sativa*), produzido em zonas de montanha (entre os 700 e 1200 m).

Podem ainda referir-se, entre outros, os méis de Alecrim (*Rosmarinus officinalis*), Medronheiro (*Arbutus unedo*), Soagem (*Echium plantagineum*), Poejo (*Mentha pulegium*), Laranjeira (*Citrus sinensis*), Cardo (*Carlina racemosa*), Eucalipto (*Eucalyptus spp*) e Girassol (*Helianthus annuus*).

## PLANO DE AÇÃO

### OBJECTIVOS GERAIS

1. Promover o incremento da apicultura em Portugal, contribuindo para o **aumento da rentabilidade das explorações apícolas, quer através do aumento da produtividade nacional em mel, mas sobretudo através da diferenciação e caracterização do Mel português, nomeadamente da sua qualidade, diversidade e valor alimentar**, procurando evidenciar as suas capacidades enquanto alimento *nutracêutico*.
2. **Promover a proteção de um dos principais insetos polinizadores dos ecossistemas naturais existentes no território português, a abelha *Apis mellifera*, subespécie *Apis mellifera iberiensis***, contribuindo dessa forma para a manutenção das populações silvestres da subespécie, o que contribuirá para **(i)** o aumento da biodiversidade nas zonas frágeis, e para **(ii)** a conservação dos recursos genéticos naturais, o solo e as reservas de água, através do aumento dos matagais silvestres que alimentam, conservam e protegem estes recursos.
3. **Promover a prática apícola extensiva praticada em Portugal**, na medida em que: **(i)** encontra-se perfeitamente adaptada às condições edafo-climáticas, **(ii)** as explorações são constituídas por apiários localizados maioritariamente em zonas de flora silvestre, muitos deles localizados em zonas sensíveis (áreas protegidas, Rede Natura 2000), **(iii)** respeita os ciclos naturais da espécie *Apis mellifera* (inverno equilibrada com recurso a reservas alimentares naturais em detrimento de alimentação de recurso, recurso moderado a alimentação estimulante), **(iv)** recorre moderadamente à transumância, sendo que a sua prática (quando executada) normalmente compreende o transporte das colónias para pequenas/médias distâncias, o que minora o efeito pernicioso do transporte sobre as colónias, e tem maioritariamente como destino zonas de flora silvestre, **(v)** as explorações estão divididas em apiários normalmente constituídos por menos de 50 colónias e **(vi)** método tradicional de constituição de novas colónias é a recolha de enxames ou o desdobramento, o que garante a cedência de enxames para a natureza e consequentemente uma maior viabilidade das populações silvestres da espécie, da manutenção dos ecossistemas e da biodiversidade.
4. **Promover a adesão dos produtores apícolas a sistemas de qualidade certificados (DOP e MPB)**, contribuindo para a sustentabilidade e competitividade desses sistemas, ao

mesmo tempo que se assegura ao consumidor o fornecimento de produtos alimentares de elevada qualidade.

5. Promover uma **estratégia de investigação para todo o sector apícola focando os principais constrangimentos, numa perspetiva de incremento da produção e comercialização dos produtos**, bem como numa aposta em produtos diferenciadores no segmento da “Saúde e bem-estar”, incrementando o valor deste tipo de produtos nos mercados.

A procura de vias de comercialização destes produtos e a sua promoção é obrigatoriamente uma linha a ter em conta para o sucesso deste objetivo, pelo que o Centro de Competências será um mecanismo a considerar para ultrapassar os constrangimentos das pequenas produções. A funcionalidade do Centro de Competências e o envolvimento dos diversos intervenientes dos setores é uma mais-valia para atingir este objetivo

## **OBJECTIVOS ESPECIFICOS**

- **Diferenciação do mel produzido em Portugal**, tendo por base a caracterização das suas qualidades diferenciadoras e das suas potencialidades, ou seja, o estudo das suas características físico-químicas, e das qualidades enquanto alimento funcional (inclusão do mel no segmento de produtos “saúde e bem-estar”), integrado numa perspetiva de valorização comercial. O enfoque deve ser dado aos méis monoflorais nomeadamente: Rosmaninho (*Lavandula stoechas*, *Lavandula pedunculata*, *Lavandula luisieri*), Urzes (*Erica* spp), Castanheiro (*Castanea sativa*), Eucalipto (*Eucalyptus* spp), Laranjeira (*Citrus* spp.). Pretende-se estabelecer uma relação entre o consumo de mel e o seu potencial *nutracêutico* (alimento funcional com propriedades bacterioestáticas e antibacterianas, antifúngicas e antivirais). O conhecimento e evidência desta relação permitirá a valorização do produto e a aposta em produtos diferenciadores no segmento da “Saúde e bem-estar”, incrementando o valor deste tipo de produtos nos mercados. Pretende-se identificar e caracterizar novos compostos com elevada atividade biológica e farmacêutica a partir dos méis monoflorais nacionais, com pesquisa dos genes envolvidos na sua biossíntese bem como clonagem desses genes em hospedeiros, para produção em larga escala.
- **Caracterização do modo de produção dos diferentes méis monoflorais produzidos em Portugal**, nas diferentes zonas de produção (ou com capacidade de produção) na medida em

que, apesar da sua monofloridade, o mel produzido em diferentes zonas apresentará características díspares, devido à situação edafo-climática, mas sobretudo consequência das diferentes variedades florais e ecótipos locais das plantas e sua interação.

- **Caracterizar os produtos de qualidade existentes (9 DOP e MPB)** identificando eventuais e atuais entraves à sua produção e comercialização, de forma a propor soluções, alterações e adequações aos cadernos de encargos (DOP) que visem uma consolidação e eventual expansão da capacidade produtiva, aumentando no mercado a disponibilidade desses produtos.
- **Prestar serviços especializados na área da qualidade do mel** através de análises ao mel, nomeadamente (i) físico/químicas, (ii) perfil polínico, (iii) resíduos de antibióticos e de pesticidas e (iv) sensoriais. Estes serviços deverão ser prestados numa lógica de preços competitivos, mas sobretudo de uma forma ágil e capaz de fornecer uma resposta rápida e fiável, adaptada às atuais necessidades e exigências do mercado;
- **Apoiar a formação dos apicultores e prestação serviços especializados na área técnica e sanitária**, através da capacitação técnica dos produtores e da transferência de conhecimentos nas seguintes áreas prioritárias: (i) manejo sanitário (detecção e diagnóstico de campo de doenças das abelhas, profilaxia sanitária), (ii) manejo reprodutivo (divisão de colónias, seleção e melhoramento, criação de rainhas autóctones), (iii) manejo alimentar, (iv) manejo produtivo (colocação de alças, higiene na cresta), (v) técnicas de produção comercial de pólen e própolis e (vi) técnicas de polinização de culturas.
- **Criação de um mecanismo de ordenamento apícola (e respetivas ferramentas de apoio)**. Pretende-se obter um sistema (ferramenta/aplicação informática) que auxilie a tomada de decisão por parte dos produtores, pelo que será necessário proceder à determinação dos valores dos principais parâmetros subjacentes ao ordenamento apícola do território nacional, nomeadamente (i) a densidade de colónias a partir da qual há diminuição de produtividade (de mel e de pólen) e distâncias de voo (médias e máximas) das obreiras recolectoras de néctar e pólen, e (ii) avaliação do impacto na produtividade (perda de produção de mel) e na sobrevivência de colónias (transmissão de doenças, pilhagem), após o aumento súbito da densidade de colónias na época de produção (transumância).
- **Caracterização da Cera, Pólen, Própolis, Apitoxina e Geleia Real produzido em Portugal**, contribuindo para a definição dos parâmetros de qualidade destes produtos a nível nacional, dada a variabilidade dos mesmos considerando a variabilidade climática e da flora. Apenas a

garantia de qualidade dos produtos permitirá que os mesmos sejam competitivos no mercado nacional e internacional.

- **Caracterização do modo de produção/obtenção da Cera, Pólen, Própolis, Apitoxina e Geleia Real em Portugal**, tendo em vista a otimização e eventual introdução de novas técnicas de produção, processamento, conservação e comercialização destes produtos apícolas
- **Criação de estratégia e política de promoção comercial**, que passe pela criação de marcas, desenvolvimento de identidade nacional, regional e local, com o objetivo de aumentar o consumo *per capita* de mel e de outros produtos da colmeia em 8%/ano com base em ações de divulgação e sensibilização.
- Disseminar o conhecimento na área através de seminários, conferências, workshops e outros eventos em colaboração com os parceiros;
- Efetuar e divulgar estudos comparativos do sector que ajudem as entidades públicas a definir as suas prioridades;
- Aumentar as exportações do Mel para 2.500 Toneladas por ano
- Reduzir as importações de mel em 20%;

## **EQUIPA E RECURSOS**

Os Membros do Centro de Competências da Apicultura e da Biodiversidade comprometem-se a assegurar os serviços úteis que venham a ser definidos, bem como os segmentos a que se dirigem e a desenvolver o plano de ação e seus objetivos, bem como a estratégia que vier a ser delineada na Agenda Nacional de Investigação e Inovação em Apicultura e da Biodiversidade.

Para tal, o CCAB definiu a criação de dois órgãos de gestão, o Conselho de Gestão e o Conselho Geral. O Conselho de Gestão conta com um representante do MAM, um representante da FNAP, um representante da CMCB, um representante do CATAA e dois representantes das IES. O Conselho Geral, onde todos os membros têm assento, será responsável pela nomeação do Diretor Executivo, pela aprovação dos relatórios e planos de atividades para o Horizonte 2020 e pela constituição de um Conselho Consultivo.

## **DIRETOR EXECUTIVO**

O Diretor Executivo é o responsável pela proposta de orçamento e seu cumprimento, pela proposta de plano de trabalho a 5 anos e sua realização, pela gestão operacional do centro e pela ligação com todos os parceiros externos ao Centro de Competências.

## **CORPO TÉCNICO**

Os Membros do Centro de Competências da Apicultura e da Biodiversidade comprometem-se a garantir a formação de um corpo técnico mínimo, com qualificações reconhecidas, capaz de operacionalizar as principais áreas de I&D&I e serviços a serem prestados pelo CCBIO.

## **INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS**

Os Membros do Centro de Competências da Apicultura e da Biodiversidade comprometem-se, de acordo com as suas possibilidades, a assegurar as instalações e os equipamentos necessários para o cumprimento dos objetivos definidos. Os recursos em questão são:

- Instalações e valências do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV, IP). Inclui:
  - Estruturas laboratoriais da quatro Unidades Estratégicas de Investigação e Serviços, em Oeiras;
  - Posto Apícola com apiário experimental, melaria, oficinas e laboratório;
  - Laboratório de Patologia Apícola;
  - Laboratório de Ecologia Animal (UEISSAFSV);
  - Laboratório de OGM (UEISSAFSV);
  - Laboratório Nacional de Referência em Sanidade Vegetal (UEISSAFSV);
  - Laboratórios da Unidade de Tecnologia e Inovação (UTI).
- Instalações e valências da Câmara Municipal de Castelo Branco. Inclui:
  - Central Meleira (unidade licenciada de extração e processamento de mel, cera e pólen apícola);
  - Apiários;
  - Centro de criação de rainhas.

- Instalações e valências da FNAP – Federação Nacional dos Apicultores de Portugal e das suas associadas. Inclui:
  - Fórum Nacional de Apicultura e Feira Nacional do Mel;
  - Painel Nacional de Provedores de Mel;
  - Apiários experimentais das organizações filiadas;
  - Centros de criação de rainhas das organizações filiadas;
  - Instalações de extração e processamento de mel, cera, própolis e pólen apícola das organizações filiadas.
- Instalações e valências do CATAA – Centro de Apoio Tecnológico Agroalimentar. Inclui:
  - Laboratório de Físico Química (ISO EN 17025);
  - Laboratório de Microbiologia;
  - Laboratório Análise Sensorial.
- Instalações e valências do INOVCLUSTER – Cluster Agroindustrial do Centro.
  - Áreas de intervenção: Inovação (Tendências), Empreendedorismo, internacionalização, Cooperação, Financiamento e Incentivos, Comunicação.
- Instalações e valências do Instituto Politécnico de Castelo Branco. Inclui:
  - Apiário;
  - Laboratório de Físico Química;
  - Laboratório de Tecnologia Alimentar;
  - Laboratório Instrumentação Analítica;
  - Laboratório Análise Sensorial;
  - Laboratório de Microbiologia.
- Instalações e valências da Escola Superior Agrária de Bragança do Instituto Politécnico de Bragança. Inclui:
  - Laboratórios de investigação;
  - Apiários experimentais;
  - Laboratórios do Centro de Investigação de Montanha;
  - Laboratório de Patologia Apícola.
- Instalações e valências da UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Inclui:
  - LabApis – Laboratório Apícola da UTAD;
  - Apiário de investigação.
- Instalações e valências da Universidade do Algarve. Inclui:
  - Laboratórios de Química;

- Laboratório de Microbiologia;
- Laboratório Análise Sensorial;
- Laboratórios de investigação (Alimentar, Química, Saúde).

## **FINANCIAMENTO**

Os Membros do Centro de Competências da Apicultura e da Biodiversidade comprometem-se a acautelar o nível de financiamento necessário na fase de arranque e operacionalização do CCAB, através de fontes privadas e públicas, regionais, nacionais, comunitárias e extracomunitárias, analisando ainda o enquadramento dos seus projetos e atividades, ao nível de fundos comunitários de apoio, tendo nomeadamente em conta, por exemplo, a Política Europeia de Inovação, o Programa de Desenvolvimento Rural, os Programas Operacionais Regionais e os Programas Operacionais Temáticos.

## **RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**

Os Membros do Centro de Competências da Apicultura e da Biodiversidade comprometem-se a formalizar relações institucionais com outros agentes, nacionais e internacionais.

**Castelo Branco, 31 de julho de 2018**